



Tiago Oliveira

Secretário-Geral da CGTP-IN

Delegado dos trabalhadores de Portugal

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Delegados,

Em nome da CGTP-Intersindical Nacional saudamos esta Conferência assinalando os 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal, uma Revolução que tem a marca da luta dos trabalhadores e do povo Português para derrotar o fascismo e concretizar um caminho de progresso e justiça social.

50 anos passaram duma revolução onde conquistámos a paz e a liberdade, desde logo com a independência dos países africanos, mas também uma mais justa distribuição da riqueza com impulso nos salários, a redução dos horários de trabalho, o direito a férias pagas, a estabilidade laboral, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição de serviços públicos gratuitos e de qualidade, concretizando na legislação laboral diversas convenções da OIT

O certo é que após estes avanços, as políticas de sucessivos governos, seguindo os condicionalismos da UE, têm imposto retrocessos com a introdução de normas gravosas para os trabalhadores na legislação laboral nomeadamente, o ataque aos salários, aos horários, o aumento da precariedade, o ataque à contratação colectiva e aos serviços públicos.

Em 2019 afirmámos aqui que o debate acerca do futuro do trabalho assentaria sobre quem beneficiaria do desenvolvimento, e a nós não nos restam dúvidas, não há progresso se o mesmo não reverter para a melhoria das condições de vida e o aumento dos salários dos trabalhadores.

É fundamental a valorização dos salários em Portugal. Entre 2001 e 2022, os lucros cresceram 31,1% e os salários apenas 7,1%. O poder de compra dos salários no final de 2023 no nosso país era inferior ao de 2021. 2 em cada 3 trabalhadores têm um salário base bruto inferior a 1000€ e milhares empobrecem a trabalhar. 1 em cada 10 trabalhadores está abaixo da linha da pobreza em Portugal.

É fundamental a redução dos horários de trabalho e dos ritmos de trabalho para uma maior conciliação entre a vida pessoal e profissional. 45% dos trabalhadores em Portugal trabalham por turnos, aos sábados, domingos e feriados. São 1.9 milhões de trabalhadores nestas circunstâncias. Não podemos aceitar.

É fundamental alavancar a negociação colectiva que tem estado debaixo de ataques e bloqueios, e por isso afirmamos que é preciso devolver aos sindicatos o direito de negociação e contratação colectiva, livre da chantagem patronal, que limita valorizações salariais e faz proliferar horários de trabalho mais extensos ou generalizar a contratação com vínculos precários.

É fundamental respeitar os direitos dos trabalhadores assim como o direito à GREVE. Não aceitamos as tentativas em curso de fazer regredir este direito inalienável dos trabalhadores.

Estamos a falar de valores de progresso que são postos em causa por uma acção cada vez mais predadora do capital e o avanço de políticas neoliberais. A isto chama-se exploração e sabemos como se utiliza a guerra e os conflitos para intensificar o ataque aos direitos democráticos e para a promoção de forças fascistas e xenófobas.

O relatório do diretor-geral identifica a necessidade de uma maior justiça social, e para nós são claras as causas para gritante desigualdade.

Precisamos hoje, como no passado, de olhar para objetivos ambiciosos que ponham fim à exploração e concretizem, como aponta o relatório, para uma maior justiça social. Por isso é preciso ir mais além na dignificação do trabalho e na valorização dos trabalhadores, numa mais justa distribuição da riqueza, na construção de um mundo mais justo de paz universal e permanente.

É preciso pôr em causa aqueles que lucram e ganham com a guerra à custa de milhares de mortos em todo o mundo. Como aponta o diretor-geral sobre a situação dos territórios árabes ocupados, é claro o flagelo provocado pela acção de Israel sobre o povo Palestiniano. Não podemos terminar sem exigir o fim do genocídio, um cessar-fogo imediato e a concretização de um estado Palestiniano soberano e independente.

Porque é pelo futuro que lutamos, um futuro de paz, de valorização dos trabalhadores, de progresso e justiça social.

Genebra, 11 de Junho de 2024